Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

CPI levanta conexões da PRF sob Bolsonaro

MPF quer aprofundar investigação sobre compra de blindados pela corporação. Relatório da comissão de inquérito dedica um longo trecho para a transformação da Polícia Rodoviária — cuja função é vigiar as estradas federais — no governo anterior

» ALINE BRITO
» ÂNDREA MALCHER

Tom Costa/MJSP

Cerimônia da PRF com um dos blindados sob suspeita ao fundo. Veículo teria fragilidades na proteção e uma série de inadequações

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro pede, hoje, oficialmente, o acesso ao relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro. A informação foi confirmada ao **Correio** pelo procurador Eduardo Benones, que conduz uma investigação sobre o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e irregularidades na licitação de compra de veículos blindados, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando a corporação era chefiada por Silvinei Vasques. O documento elaborado pela relatora da CPMI, Eliziane Gama (PSD-MA), aponta indícios de irregularidades na aquisição dos chamados "caveirões" — veículos blindados cuja utilização, no Rio de Janeiro, é feita pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar em operações de invasão nas favelas cariocas.

Entre as mais de 1.700 páginas do relatório, Eliziane dedica um capítulo, de aproximadamente 36 laudas, com irregularidades, captura ideológica da PRF e desvio de finalidade da corporação. O marco temporal das suspeitas levantadas pelo documento elaborado pela senadora é 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, quando a corporação passou a ser favorecida com recursos orçamentários — que chegaram a ser oito vezes maiores que os recebidos em gestões anteriores.

De acordo com informações do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e do Sistema de Convênios (Siconv), do governo federal, passadas à CPMI, em 2019 a PRF recebeu um repasse de R$ 137,9 milhões, R$ 10 milhões a mais que no ano anterior. O orçamento da corporação veio crescendo nos últimos anos, chegando, em 2022, a mais de R$ 809 milhões. Somando as verbas repassadas durante todo o mandato de Bolsonaro, a Polícia Rodoviária Federal foi beneficiada com R$ 2,3 bilhões — um salto orçamentário de 320%, uma vez que entre 2014 a 2018 recebeu R$ 548,3 milhões.

Orçamento

Tais recursos foram investidos pela PRF em pelo menos uma licitação considerada suspeita: a compra de blindados fabricados pela empresa Combat Armor. Os veículos, porém, apresentam falhas técnicas e, por isso, alguns estão parados em pátios da corporação sem jamais terem sido usados — em Brasília há sete deles.

Uma das falhas estruturais é a falta de reforço no assoalho do blindado da PRF. Por serem altos, precisam ter uma grossa chapa de proteção na parte de baixo para suportar até mesmo detonação de granadas.

Conforme especialistas, esse reforço não faz parte da blindagem padrão — de nível III-A e comumente encontrada no mercado. Assim, é necessário que seja especificada pelo comprador no fechamento do contrato.

Além disso, os blindados da PRF têm tração em apenas duas rodas, o que, considerado o peso total, restringe a utilização do veículo, sobretudo em terrenos íngremes. Os "caveirões" também aparentam ter mecânica frágil, pois segundo relatos de policiais rodoviários federais, alguns apresentam defeitos após poucos dias de uso.

Todas essas inconsistências motivaram um pedido do MPF para a realização de perícia técnica, a fim de averiguar as condições operacionais dos veículos — 14 foram comprados a um custo superior a R$ 100 milhões. "Estamos investigando e discutindo todos os aspectos, como a questão da blindagem e da capacidade operacional dos blindados. Temos razões para suspeitar, a essa altura das investigações, até mesmo de fraude na licitação. Começamos apurando a capacidade técnica dos carros, mas, hoje, levantamos de uma maneira mais macro a licitação como um todo", explicou o procurador Eduardo Benones.

Sobre os blindados, a PRF informou, por meio de nota, que "a aquisição dos veículos obedeceu a estudos e critérios apontados à época da gestão passada". Além disso, a corporação analisa a necessidade de tê-lo na frota.

"Após o período de transição na gestão da PRF, no início deste ano, foi formado, por meio de portaria, em abril de 2023, um grupo de trabalho (GT) dentro da Diretoria de Operações para realização de estudos a respeito do efetivo emprego dos blindados. Os veículos estão sob avaliação da nova gestão quanto à sua efetividade e emprego dentro das necessidades e diretrizes operacionais da instituição", salienta.

Tom Costa/MJSP

Relatório de Eliziane disseca a transformação da PRF com Bolsonaro

Empresa é o maior alvo

A empresa Combat Armor Defense, que sagrou-se ganhadora de pregões eletrônicos para fornecer os blindados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e reforçar a estrutura de automóveis da administração pública, também é alvo de investigação do Ministério Público Federal. A CPMI do 8 de janeiro constatou que a firma "venceu quatro pregões eletrônicos para fornecimento de veículos blindados ou para blindagem de veículos. Três deles foram em 2020, ano de início da pandemia, no valor total de R$ 35.629.255,50, e o último, em 2022, no valor de R$ 14.179.801,96".

A norte-americana Combat Armor, porém, teve pouco tempo de atividade no Brasil. Chegou em 2019, nos primeiros meses do governo Bolsonaro. Incentivada pelo discurso pró-armamentismo, a filial nacional obteve rápido crescimento por meio de contratos firmados com a administração pública. Por consequência, amealhou expressivo aumento de capital financeiro: pulou de R$ 1 milhão para R$ 27,4 milhões, em 2022.

De acordo com o relatório da CPMI, a Combat Armor foi fundada no estado norte-americano de Idaho, em 2011. A princípio, não tinha blindados em seu portfólio. Esteve inativa entre 2013 e 2018.

Em janeiro de 2019, a empresa apresentou um pedido de reintegração, quando passou a adotar o nome Combat Armor. Na solicitação, deixou claro que a intenção era operar no Brasil. Segundo o relatório da CPMI, "há fortes indicativos de que se trata de uma empresa 'de papel', sem qualquer atuação no ramo de blindados, cujo propósito de reativação e alteração do seu contrato social foi viabilizar negócios no Brasil por meio do sr. Maurício Junot".

O empresário Maurício Junot de Maria é reconhecido pela atuação no mercado de blindados. Tem dupla nacionalidade — brasileira e norte-americana —, mas foi condenado por fraude em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Atualmente, ele consta da lista de procurados pela Interpol. (**AB e AM**)

Linha direta com trumpismo

Reprodução/Redes sociais

Mark (E) e Daniel Beck (D), donos da Combat Armor. Maurício Junot (C) os representou no Brasil

A Combat Armor pertence aos irmãos gêmeos Daniel e Mark Beck, que participaram do financiamento da campanha do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Também são apontados por terem envolvimento com a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021.

"A Combat Armor tem ramificações nos Estados Unidos e, por isso, a gente fechou uma cooperação internacional para auxiliar na condução das investigações", afirmou o procurador do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro Eduardo Benones.

Além da PRF, a Combat Armor venceu licitações para fornecer equipamentos à Polícia Federal (PF) e à Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ). Em 2020, e em menos de 10 dias, sagrou-se vencedora de três pregões da Superintendência da PRF no Rio de Janeiro, cuja chefia era de Silvinei Vasques — que, posteriormente, foi nomeado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro diretor-geral da corporação (ficou de abril de 2021 a dezembro de 2022). Investigações apontam, também, conexões financeiras consideradas suspeitas pelas autoridades entre Silvinei e a Combat Armor.

Conforme o relatório da CPMI, as licitações vencidas pela empresa foram feitas no período em que o país vivia a primeira onda da covid-19. Quebras de sigilo obtidas pela comissão parlamentar de inquérito apontaram, ainda, que a Combat Armor teria feito pagamentos a Silvinei e pessoas ligadas à gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro e ao governo do Rio de Janeiro.

A CPMI do 8 de janeiro, porém, não conseguiu quebrar os sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático do ex-diretor-geral da PRF. Em 3 de outubro, o ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o acesso às informações, como pretendiam os parlamentares. Atendeu a um pedido da da defesa de Silvinei.

Por sua vez, a Combat Armor encerrou as atividades no Brasil. "Após a mudança de governo federal [com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na corrida presidencial], a empresa encerrou suas operações no Brasil ainda no primeiro semestre de 2023, não honrando os diversos contratos firmados com a PRF no tocante à entrega de veículo e realização de manutenções periódicas de garantias", salienta o relatório.

Antes de fechar a filial, a Combat Armor foi punida por inconsistências na entrega de equipamentos previstos em licitação. "Exame de órgãos de controle resultou em sanções à empresa. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e a Justiça Federal do Espírito Santo, por exemplo, aplicaram sanções à problemas relacionados à licitação ou à entrega dos objetos contratados", observa o documento final da CPMI.

O **Correio** faz contato com a Combat Armor pelos canais disponíveis, mas não obteve resposta. (**AB e AM**)